

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 17/04/2017

- [Violações contra crianças e adolescentes foram as mais denunciadas no Disque 100](#)
- [Economista brasileiro diz que investir em crianças rende mais que a Bolsa](#)
- [Recorde - 11 milhões viram esta mensagem no Facebook do CNJ](#)
- [Entrega legal - alternativa para evitar o abandono de bebês](#)
- [Mato Grosso do Sul tem apadrinhamento afetivo em 23 comarcas](#)

Assunto: Violações contra crianças e adolescentes foram as mais denunciadas no Disque 100

Fonte: Portal Andi

Data: 17/04/2017



As crianças e os adolescentes são os grupos cujas violações de direitos humanos sofridas em 2016 tiveram mais casos denunciados por meio do Disque 100 (Disque Direitos Humanos). Das 133 mil denúncias recebidas por meio do canal no ano passado, 76 mil atendimentos se referem a essa faixa etária. Situações de negligência, violência psicológica, física e sexual são as violações mais comuns, segundo balanço divulgado nesta terça-feira (11) pelo governo federal.

Em média, 360 denúncias por dia foram registradas no Disque Direitos Humanos, ferramenta que funciona ininterruptamente, inclusive aos feriados. Depois das crianças e adolescentes, o público que mais sofre violações é idosos, pessoas com deficiência, presos ou pessoas com restrição de liberdade e a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Quanto ao perfil das vítimas, o balanço mostrou que as violações ocorrem principalmente contra os mais vulneráveis: 57% das denúncias envolveram mulheres e 40,5% dos jovens entre 18 e 30 anos. Já o percentual de pretos e pardos superou 64% dos casos.

Se comparado com o ano anterior, o número de ocorrências diminuiu. Em 2015, foram mais de 137 mil denúncias. Para a ouvidora nacional dos Direitos Humanos, Irina Bacci, essa queda nos registros não significa necessariamente uma redução no número dos casos. Segundo ela, os dados são importantes para a prevenção de situações de violação dos direitos.

“O Disque 100 trata sobre denúncias, não olhamos os dados e automaticamente dissemos que isso reflete a violência dos grupos que atendemos. A maioria absoluta dos casos não são nem denunciados. Se não chegam ao Disque Direitos Humanos, em muitas vezes não chegam nem

às delegacias nem aos órgãos de proteção. A gente sabe que as violações no Brasil são subnotificadas”.

Irina disse que esses dados são indicativos de violações de direitos humanos, mas, segundo ela, para uma “realidade mais próxima” seriam necessárias informações fornecidas por órgãos como o Ministério Público e delegacias.

Intolerância racial

Diferentemente da média, as denúncias envolvendo crimes de intolerância racial foi o que mais aumentou entre 2015 e 2016. De acordo com a ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, há um tratamento desigual dos processos jurídicos envolvendo as pessoas negras.

“Os casos têm que tramitar mais rapidamente. Observamos que quando a vítima é o negro, os processos geralmente se arrastam. Mas quando ele é o autor do delito, os processos têm uma celeridade muito grande. E não é nada agradável nós vermos o nosso direito se diluir em virtude da prescrição. Só com a punição severa da lei é que vamos reduzir essas situações que tanto matam nosso Brasil”, disse.

As mais de 130 mil denúncias registradas no ano passado fazem parte de um universo de 353 mil atendimentos feitos em 2016. De acordo com a Ouvidoria, 12% das denúncias recebem algum tipo de encaminhamento, que é o repasse das informações para órgãos responsáveis pela apuração, como Defensoria Pública, Polícia Federal, Conselhos Tutelares, centros de Referência da Assistência Social, dentre outros.

Assim como ocorre com as crianças e adolescentes, a negligência e a violência psicológica são as maiores violações ocorridas contra idosos e pessoas com deficiência. Segundo Irina Bacci, o dado reflete que esse tipo de violência no ambiente familiar, como a falta de cuidado e de alimentação, costuma preceder agressões físicas.

De acordo com Irina, as violações mais graves, que recebem um monitoramento mais incisivo do órgão, são cárcere privado, rede de exploração sexual, flagrante delito, tentativa de homicídio, relato de suicídio, vítimas com sangramentos, denúncias reiteradas e casos em que a própria vítima é o denunciante.

“O dado sobre a infância é um dado bastante relevante, porque nele a gente descobre que 42% das vítimas são crianças pequenas [entre 4 e 11 anos]. Fiz um cálculo estimado que indica que mais de 70% das situações de violência [contra crianças] ocorrem no âmbito familiar. Ainda que não só [cometidas] pelo pai ou a mãe, [os suspeitos podem ser também] avó, avô, tio, tia”, disse a secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, Cláudia Vidigal.

Assunto: Economista brasileiro diz que investir em crianças rende mais que a Bolsa

Fonte: Portal Andi

Data: 17/04/2017



Como convencer pessoas que não têm filhos de que o governo deveria investir o dinheiro que eles pagam de impostos em melhorias para a vida de bebês, crianças e suas famílias? Como mostrar que esse investimento vai lhes trazer benefícios mesmo não sendo pai ou mãe?

O economista brasileiro Flavio Cunha tem uma resposta: matemática.

Há 15 anos, ele pesquisa temas ligados à primeira infância (da gestação aos cinco anos de idade), e seus estudos apontam que aplicar verbas públicas em programas para grávidas, bebês e crianças pequenas é um investimento lucrativo para qualquer governo. Dá mais retorno, diz ele, do que ações na Bolsa de Valores, aplicações e fundos de bancos ou corretoras.

"Quando você investe US\$ 1 (cerca de R\$ 3,33) nessa fase [de 0 a 5 anos], você recebe em troca US\$ 6 (R\$ 20) quando a criança vira adulta. Isso é um retorno de investimento gigantesco, de 13%, 14%. Se oferecesse [essa proposta] aos banqueiros de Wall Street, eles assinariam na hora", diz.

"[Bernard] Madoff conseguiu muitos interessados no investimento dele, e nem oferecia essa taxa. Só que, diferentemente dos dele, esses investimentos são reais, com benefícios para toda a sociedade", diz o economista, rindo, em referência ao norte-americano que foi preso por operar um sistema fraudulento que atraía investidores prometendo mais de 10% de retorno anual.

Cunha é coautor de vários estudos com o economista James Heckman, Prêmio Nobel da Economia em 2000, que explica o porquê desse investimento --feito especialmente em famílias de baixa renda -- ter um retorno tão alto.

Essa eficiência vem justamente da economia que o governo faz ao longo da vida dessa criança. Mas economiza em quê? Em violência, por exemplo.

Um dos estudos assinados por Cunha e Heckman acompanhou décadas da vida de crianças em idade pré-escolar matriculadas em um projeto do governo para essa faixa etária em Michigan (EUA). Quando adultas, elas tinham maior probabilidade de conseguirem empregos e menor risco de entrar no crime. Com menos presos, o governo acabou economizando, pois construiu menos cadeias e gastou menos com detentos.

Essa economia foi um dos itens na conta de que, a cada dólar investido em uma criança de quatro anos, o governo acabou economizando US\$ 300 quando ela chegou aos 65 anos.

E não só ao gastar menos com presídios, mas também no sistema de saúde, já que houve entre esse grupo menos casos de doenças, menos adolescentes grávidas e menos crianças internadas por violência dos pais -- para citar apenas três exemplos.

Também entra na equação a maior empregabilidade desses adultos e a maior renda. Em um dos casos analisados, crianças de famílias de baixa renda que participaram de um programa de visita domiciliar na Jamaica aumentaram seus ganhos em 25% quando adultos.

"Assim, fica claro que esse investimento beneficia todos os setores da sociedade, já que também acaba 'sobrando' verba pública para aprimorar outras áreas", explica Cunha.

Comportamento diante de problemas

Mas o que exatamente acontece nessa "janela de oportunidade", como é conhecida a primeira infância, que faz o desenvolvimento nessa idade ter impacto até a velhice? O que essas crianças de até cinco anos têm de aprender para, de fato, serem adultos mais saudáveis, equilibrados e produtivos?

Segundo Cunha, a resposta passa longe de conteúdos como escrever ou fazer contas.

"O que faz a diferença [nessa idade] são as habilidades emocionais, avaliadas em questionários para ver como as crianças se comportavam diante de adversidades, com perguntas como 'Quando tem um problema, você fica nervoso ou grita com outras crianças?', 'Você para de tentar fazer o que estava fazendo ou continua tentando?' e 'Se você continuar, consegue ir para outra direção?'"

"Estudos mostraram que as crianças que se saem bem nesse tipo de avaliação são as com maior probabilidade de ter, por exemplo, uma vida saudável e longe do crime."

O economista lamenta que a maioria dos testes educacionais hoje meçam apenas o aprendizado do conteúdo em si, como matemática e gramática.

"Os aspectos do nosso capital humano --ou seja, a maneira como me comporto diante de adversidades-- podem ser ainda mais importantes. Mas o sistema educacional está estritamente voltado para quanto o aluno está preparado para a matemática e não para a vida."

Funciona no Brasil?

Também é preciso entrar nessa fórmula a valorização dos pais e dos cuidadores das crianças, mas com amparo para eles, e não apenas transferindo a responsabilidade. "No Brasil, ainda temos um longo caminho a ser percorrido nesse sentido", diz o economista.

"Sem atenção a eles, o investimento é incompleto. Alguns dos projetos que estudamos têm intervenções simples, especialmente com mães e pais que não têm o preparo para entender as necessidades das crianças. Um exemplo é um projeto nos EUA que explicava, ao visitar familiares, que, quando o bebê chora, pode ser fome e não malcriação. Com a orientação, foi reduzido o número de bebês internados por apanharem dos pais."

Valorizar o socioemocional e envolver a família são fundamentais nesse investimento, mas não é possível criar uma fórmula de como colocá-lo em prática.

"Cada projeto tem de atender às necessidades daquele local. Um programa norte-americano talvez não funcione no Brasil, assim como um programa que atende famílias no interior do Ceará pode não ser boa ideia para São Paulo. Além disso, é preciso que caibam no orçamento do país em questão", diz.

Para o economista, investir na primeira infância é eficiente, já que há evidências econômicas mostrando isso. Mas ficar apenas nisso não é condição suficiente para o sucesso.

Para Cunha, é preciso ter em mente que o investimento "não é uma vacina". "Mas mostra que, se não fizer isso, sai mais caro. Se um governo não colocar dinheiro nesse setor, dá para fazer um programa com adolescentes para reduzir a criminalidade? Sim, provavelmente, mas vai ser mais caro."

Assunto: Recorde - 11 milhões viram esta mensagem no Facebook do CNJ

Fonte: CNJ

Data: 17/04/2017



Uma postagem na página do Facebook do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — #CriançaNãoNamora — vem batendo recordes de audiência desde quando foi publicada, na manhã de sábado (8/4).

Até a tarde de terça (11/4), o post havia alcançado mais de 11 milhões de pessoas, um indicativo claro do interesse do cidadão brasileiro sobre o assunto. É uma audiência nunca antes alcançada por qualquer mensagem do CNJ nas redes sociais, desde sua criação, em 2004.

Sempre atento à necessidade de proteger as crianças brasileiras, o CNJ não deixa de enfrentar temas delicados, como é o caso da sexualização infantil.



A mensagem no Facebook destaca a necessidade da criança de ter amigos. “É importante ser criança. Vamos preservar a infância, um período fundamental para o desenvolvimento humano. Tudo a seu tempo”, enfatiza o texto.

O post foi compartilhado 143 mil vezes, gerou mais de 42 mil reações e mil comentários. Essa interação supera o alcance dos conteúdos mais relevantes publicados por páginas de organizações públicas, como da Casa Branca e do Exército Brasileiro, e de artistas consagrados como Ivete Sangalo e Lady Gaga.

Uma infinidade de pessoas (5% da população brasileira) recebeu esse conteúdo, e quem sabe, de alguma forma, refletiu sobre ele: passou o texto adiante, fez questão de fazer (ou responder) um comentário, talvez repensou comportamentos e atitudes. Isso significa que uma parte importante da missão da comunicação pública está se cumprindo numa escala gigantesca.

A ideia da postagem foi inspirada na campanha “Criança não namora! Nem de brincadeira”, criada pela Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas, contra o estímulo à erotização infantil.

Aprimoramento da prestação jurisdicional

No último dia 6, a presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, fez a abertura em Brasília do Fórum Nacional da Infância e Juventude (Foninj), que tem atribuição de elaborar estudos e propor medidas para a coordenação, a elaboração e a execução de políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário, para aprimoramento da prestação jurisdicional nessa área.

Assunto: Entrega legal - alternativa para evitar o abandono de bebês
Fonte: CNJ
Data: 17/04/2017



Uma gravidez indesejada pode levar uma mulher a atos desesperados. São abortos ilegais, recém-nascidos abandonados nas ruas ou em matagais. Pensando em amparar as gestantes que pretendem entregar seus filhos para adoção, diversos tribunais de Justiça brasileiros oferecem ações de acolhimento a grávidas. A possibilidade legal está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, artigo 13, parágrafo único).

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é um dos pioneiros, que iniciou, em 2006, o Programa de Acompanhamento a Gestantes. Gerida pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ-DF), a iniciativa oferece atendimento de psicólogos e assistentes sociais, e propõe ajudar a mulher a decidir com responsabilidade e adequação, respeitando sua individualidade e intimidade.

Espaço de escuta

Desde que foi criado, já atendeu 407 grávidas e mães de recém-nascidos que manifestaram desejo de entregar o filho em adoção. Após o atendimento da VIJ-DF, aproximadamente 50% delas decidiram ficar com o bebê. Segundo os responsáveis pelo programa, isso acontece porque o espaço proporciona escuta para a mulher, além de oferecer acompanhamento psicoterapêutico que permite a ela refletir e construir a sua decisão, sem sofrer discriminação, pressão ou prejulgamento.

Este mês, o programa ganhou mais um incentivo. O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, sancionou lei que obriga as unidades públicas e privadas de saúde a fixarem placas informativas em locais de fácil visualização sobre entrega legal de crianças para a adoção.

Na mesma linha, o Tribunal de Justiça de São Paulo desenvolve o Projeto de Atenção à Gestante: Entrega Voluntária. Lançado este ano, o programa foi iniciado pelo município de São José do Rio Preto e inclui ações com a população de rua. O Tribunal de Justiça de Goiás, por meio da Divisão Psicossocial do Juizado da Infância e da Juventude de Goiânia, também faz o atendimento e o encaminhamento de gestantes e mães que manifestem interesse em entregar o filho para adoção.

Em 2016, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo lançou a campanha “Entrega voluntária: a acolhida de mulheres que manifestam a intenção de entregar seus bebês para adoção”. A iniciativa desenvolve um trabalho integrado com as redes de atenção e cuidado materno-infantil dos municípios e do estado.

Alternativas seguras

Desenvolvido pelo Núcleo de Curadoria Especial e Proteção à Família (Nuce) da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, o Programa Mãe Legal iniciou suas atividades em 2009. A ação oferece às mães alternativas seguras e legais para que elas possam decidir sobre suas vidas e as de seus filhos. Até agosto de 2016, das 220 mulheres atendidas pelo projeto desde o início de sua vigência, 62% delas desistiram de entregar o bebê. Contextualmente, 84% das atendidas tem outros filhos e 92% não conviviam com o genitor da criança.

Em 2015, o Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente da Comarca de Londrina, no Paraná, por meio de iniciativa de psicólogos e assistentes sociais, lançou uma iniciativa para facilitar o entendimento da forma correta de entrega de bebês e fazer o acompanhamento da genitora, evitando encaminhamentos ilegais ou que incorram em criminalização e situações de maior risco à criança.

Desde então, o Projeto Entrega Legal orienta a população e os profissionais que atuam na rede de proteção à criança e ao adolescente, especialmente às gestantes que pretendem entregar seus filhos à adoção.

Cadastro Nacional de Adoção

No ano passado, foram adotadas 1.226 crianças e adolescentes em todo o país por meio do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os estados com maior número de adoções foram Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. O número pode ser ainda maior, já que há possibilidade de atraso na comunicação das adoções realizadas ano passado. Hoje, de acordo com o CNA, há 7.158 crianças aptas à adoção e 38 mil interessadas em adotar.

Lançado em 2008, o CNA é uma ferramenta digital que auxilia os juízes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos dos processos de adoção. Ao assumir a Corregedoria Nacional de Justiça, o ministro João Otávio Noronha determinou que fosse realizado, por um grupo de trabalho, um levantamento das condições do sistema, identificação dos principais problemas e posterior reformulação do cadastro. Além do CNA, o grupo – instalado pela Portaria n. 36/2016 – também vai avaliar possíveis mudanças relativas ao Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL) e propor melhorias. Ao longo do ano, a Corregedoria vai promover *workshops* em diversas regiões do Brasil com todo o sistema de Justiça para debater alterações no cadastro.

Assunto: Mato Grosso do Sul tem apadrinhamento afetivo em 23 comarcas

Fonte: CNJ

Data: 17/04/2017



O Projeto Padrinho, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), vem permitindo que crianças e adolescentes com poucas possibilidades de adoção – geralmente por conta da idade – possam constituir vínculos afetivos com pessoas da comunidade. O projeto, criado em 2003 em Campo Grande, já foi implantado em 23 comarcas do Mato Grosso do Sul.

Hoje já existem programas de apadrinhamento em pelo menos outros oito estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, Ceará, Pará e no Distrito Federal.

Os dados do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), coordenado pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, indica que em todo país há 36.524 crianças e adolescentes em situação de acolhimento em abrigos.

Em Campo Grande, há 150 crianças acolhidas, conforme dados da Vara de Infância da comarca, sendo que somente 12 estão com a guarda destituída, ou seja, aptas à adoção. “Todas são adolescentes”, diz Andrea Espíndola Alvarenga Cardozo, coordenadora do projeto no TJMS.

Tipos diferentes de apadrinhamento

O projeto Padrinho prevê três tipos de apadrinhamento: afetivo, quando há constituição do vínculo com a criança; o material, quando a ajuda é somente financeira às necessidades do menor; e o prestador de serviço, que são profissionais que atendem em abrigos de acordo com a sua especialidade de maneira gratuita.

Uma das intenções do apadrinhamento afetivo, por exemplo, é que a criança possa conhecer como funciona a vida em família, vivenciando situações cotidianas. “O apadrinhamento afetivo é muito importante não só para a criança, mas também para o adulto, que acaba se tornando uma pessoa melhor com essa convivência. A criança precisa sair do coletivo e ter esse olhar individual”, diz Andrea.

De acordo com ela, a Vara de Infância tem realizado palestras em empresas com objetivo de sensibilizar funcionários para participação no projeto. “Já temos mais de 30 prestadores de serviço”, diz ela.

Possibilidade de adoção

Os padrinhos passam por um curso de formação e podem escolher se desejam apadrinhar apenas uma criança ou grupos de irmãos. Apesar de não ser o objetivo do programa de apadrinhamento, de acordo com Andrea, muitas vezes tem acontecido de padrinhos, após um tempo de convivência, entrarem com o processo de adoção – no último trimestre de 2016, somente na capital ocorreram 33 adoções, sendo que 18 delas são decorrentes de apadrinhamentos.

Chegada da maioridade

Uma das funções do apadrinhamento afetivo é auxiliar o adolescente no processo de construção de seu plano de vida, já que, ao completar 18 anos, ele precisa deixar o abrigo. “Hoje conseguimos preparar esse adolescente com cursos profissionalizantes, terapia e o abrigo aluga uma república para ser dividida entre eles, muitas vezes com auxílio de padrinhos, até que eles consigam se manter por conta própria”, diz Andrea. Segundo ela, o convênio do TJMS com o programa Menor Aprendiz tem possibilitado também que alguns desses jovens possam trabalhar no próprio tribunal.